

Demonstrações Financeiras

SSP Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SSP Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
SSP Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SSP Transmissora de Energia S.A. (“SSP” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC RJ-091370/O

SSP Transmissora de Energia S.A.

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2025

(Em reais, exceto quando identificado de outra forma)

	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.479.094	60.099.889
Tributos a recuperar	5	2.716.847	534.639
Despesas antecipadas		70.793	54.852
Outros créditos a receber		3.781	6.000
Ativo de contrato	6	29.269.536	1.649.967
		88.540.051	62.345.347
Não circulante			
Tributos a recuperar	5	578.725	44.087
Ativo de contrato	6	335.062.945	171.466.080
		335.641.670	171.510.167
Total do Ativo		424.181.721	233.855.514
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	27.860.095	6.871.863
Obrigações sociais e trabalhistas	8	216.607	191.014
Tributos a recolher	9	1.994.486	54.538
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	10	7.890.111	-
Outros		115.876	82.228
		38.077.175	7.199.643
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	10	7.283.915	13.280.561
Impostos e Tributos diferidos	11	36.594.727	18.907.208
		43.878.642	32.187.769
Patrimônio líquido	12		
Capital social		403.978.810	192.986.981
Reservas de lucros		-	1.481.121
Prejuízos acumulados		(61.752,906)	-
		342.225.904	194.468.102
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		424.181.721	233.855.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais, exceto quando identificado de outra forma)

	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	13	173.528.914	94.192.512
Custo de construção	14	(244.209.697)	(83.961.810)
Lucro (prejuízo) bruto		(70.680.783)	10.230.702
Despesas gerais e administrativas	15	(1.956.176)	(1.760.830)
Resultado operacional		(72.636.959)	8.469.872
Resultado financeiro			
Receitas	16	13.557.238	2.307.487
Despesas	16	(4.154.306)	(2.269.693)
		9.402.932	37.794
Resultado antes dos tributos		(63.234.027)	8.507.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	(2.892.607)
Lucro (prejuízo) do exercício		(63.234.027)	5.615.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando identificado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(63.234.027)	5.615.059
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	(63.234.027)	5.615.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando identificado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Especial	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.910.731	-	-	-	(4.133.938)	40.776.793
Integralização de capital	148.076.250	-	-	-	-	148.076.250
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.615.059	5.615.059
Destinação:						
Reserva legal	-	74.056	-	-	(74.056)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	14.071	-	(14.071)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	1.392.994	(1.392.994)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	192.986.981	74.056	14.071	1.392.994	-	194.468.102
Integralização de capital	210.991.829	-	-	-	-	210.991.829
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(63.234.027)	(63.234.027)
Absorção do prejuízo do exercício com reservas de lucros	-	(74.056)	(14.071)	(1.392.994)	1.481.121	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	403.978.810	-	-	-	(61.752.906)	342.225.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em reais, exceto quando identificado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(63.234.027)	5.615.059
Ajustes para conciliar resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Encargos de empréstimos de mútuo não realizados	1.893.465	1.577.076
Tributos indiretos diferidos	17.687.520	12.493.496
Receita de construção	(269.101.595)	(92.519.901)
Remuneração de ativo de contrato	(26.685.495)	(10.388.529)
perda de eficiência na implementação de infraestrutura	104.570.656	(884.972)
Variação monetária, líquida	391.290	(39.226)
	(234.478.186)	(84.146.997)
Variações de Ativos e Passivos		
Tributos a compensar	(2.716.847)	(534.639)
Despesas pagas antecipadamente	(15.941)	(54.852)
Fornecedores	20.596.942	(5.705.514)
Obrigações sociais e trabalhistas	25.594	(57.387)
Tributos a recolher	1.939.949	(226.428)
Outros ativos e passivos circulantes	35.865	35.763
	19.865.562	(6.543.057)
Total das atividades operacionais	(214.612.624)	(90.690.054)
Atividades de financiamentos		
Integralização de capital	210.991.829	148.076.250
	210.991.829	148.076.250
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.620.795)	57.386.196
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60.099.889	2.713.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.479.094	60.099.889
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.620.795)	57.386.196

(i) A partir de 2024 foi realizada a segregação dos encargos sobre empréstimos de mútuo do valor principal, em decorrência de não haver desembolso financeiro para a Companhia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional e informações gerais

A SSP Transmissora de Energia S.A. (“SSP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 2021. A Companhia tem sede e foro na Praia de Botafogo, 501, 1º andar (parte), bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 12/2021, pelo prazo de 30 anos.

O objeto social da Companhia é a implantação e exploração do empreendimento correspondente ao Lote 2 do Leilão de Transmissão, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nº 01/2021, no Estado do Rio de Janeiro, cuja expectativa de entrada em operação comercial está prevista para 15 de abril de 2026.

O contrato regula a Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, além das unidades de transformações, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia:

- Linha de Transmissão (LT) 345 kV Venda das Pedras - Sete Pontes, C1 e C2 - Duplo;
- Linha de Transmissão (LT) 345 kV Comperj - Venda das Pedras, C1 - Simples;
- Subestação (SE) 345/138 kV Sete Pontes.

A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$30.078.335 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de (5) cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definidas no contrato.

Quando em operação, a receita será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional e informações gerais--Continuação

Reforma tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações financeiras, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 16 de março de 2026.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no conhecimento do negócio pela Administração da Companhia e outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

2.4.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.4.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, são feitas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, exceto no caso do imobilizado. As estimativas estão contempladas abaixo.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Uso de estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas - Continuação

2.4.2. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

- (a) Ativo de contrato (vide Nota 6);
- (b) Estimativa de valor justo de ativos e passivos financeiros (vide Nota 18);
- (c) Receita de construção e Receita remuneração do ativo de contrato (vide Nota 13);
- (d) Impostos diferidos (vide Nota 11);
- (e) Provisão para Contingências (vide Nota 3) e
- (f) Perda de eficiência na implementação de infraestrutura (vide Nota 3).

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, usualmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

3.2. Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual".

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha e transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início do projeto, em torno de 10,07% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA. A margem de operação e manutenção é de 9,94% ao ano e a margem de construção 0%. Em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e com o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 04/2020, as premissas e taxas utilizadas na mensuração do ativo de contrato permanecem inalteradas ao longo do prazo da concessão, uma vez que refletem as condições econômicas originalmente pactuadas no contrato de concessão e na estrutura de financiamento do projeto. Eventuais alterações no cronograma de implantação ou em premissas do projeto que impactem os fluxos de caixa estimados da Receita Anual Permitida (RAP) não implicam revisão das taxas originalmente adotadas para mensuração do ativo de contrato. Nessas circunstâncias, a Companhia procede à avaliação da recuperabilidade do ativo de contrato, nos termos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, registrando, quando aplicável, perda por redução ao valor recuperável (impairment) com base na revisão das estimativas de fluxos de caixa futuros.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura e regulatório: caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes ao Contrato de Concessão, atividade de construção, operação e manutenção, bem como atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).
- Risco de contencioso: é o risco que surge quando os procedimentos e rotinas desrespeitam o ordenamento jurídico. A gestão do risco contencioso inclui a correta valorização e o adequado provisionamento das contingências judiciais. Os riscos legais são mitigados por meio de análise de contratos por assessoria jurídica interna previamente à assinatura de contratos e aprovação de investimentos.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

- Risco de seguro: é definido como risco de seguro, o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável. Atualmente o portfólio de seguro da Companhia compreende os seguros de garantia de construção, fornecimento ou prestação de serviços e de reponsabilidade de administradores.

"Conforme previsto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece o ativo de contrato correspondente ao direito de receber contraprestação pela construção e disponibilização da infraestrutura de transmissão. Periodicamente, a Companhia avalia esse ativo quanto à existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável, em conformidade com os pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos são considerados potencialmente irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que possam impactar negativamente os fluxos de caixa futuros estimados associados ao contrato de concessão.

Para fins dessa avaliação, a Companhia elabora projeções de fluxos de caixa descontados para todo o prazo remanescente da concessão, 30 de setembro de 2051, considerando:

- os investimentos efetivamente realizados até 31 de dezembro de 2025, relacionados à implantação da infraestrutura de transmissão;
- a remuneração do ativo de contrato, calculada com base na taxa efetiva de juros definida no início do contrato de concessão;
- os fluxos de caixa futuros estimados decorrentes da Receita Anual Permitida (RAP) homologada pela ANEEL ao longo do período de operação da concessão; e
- o valor estimado de indenização dos bens reversíveis vinculados à concessão, a ser pago pela União ao término do prazo contratual, conforme previsto na regulamentação aplicável ao setor de transmissão de energia elétrica.

Com base nessas premissas, a Companhia compara o valor contábil do ativo de contrato com o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Quando o valor contábil excede o valor recuperável estimado, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável (impairment) no resultado do período.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em função da revisão das estimativas de custos do projeto e dos fluxos de caixa associados à concessão, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável do ativo de contrato, refletindo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados."

3.3. Impostos, tributos e contribuições

3.3.1. Corrente

Na fase de construções os tributos e impostos incidentes são:

Programa de Integração Social - PIS - 1,65% sobre o faturamento e 0,65% sobre receitas financeiras.

Contribuição para Financiamento da Seguridade de Social - COFINS - 7,6% sobre o faturamento e 4,0% sobre as receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social - a forma de tributação adotada é a do Lucro Real. A Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e o Imposto de Renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% nos termos da legislação em vigor.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelecerá provisões quando apropriado.

3.3.2. Diferido

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos, tributos e contribuições--Continuação

3.3.2. Diferido--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

3.4. Reconhecimento de receita

A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Reconhecimento de receita--Continuação

- (a) Receita de remuneração do ativo de contrato: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de concessão. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo de contrato sobre o valor contábil inicial desse ativo de contrato.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos de construção e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento e é registrada pelo seu valor justo.

As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção é calculada como o valor que zera o ativo contratual ao final da concessão.

No exercício de 2025, em decorrência de ineficiências verificadas na execução das obras de implantação da infraestrutura de transmissão, a Companhia registrou perda no montante de R\$104.571 mil, reconhecida na rubrica de receita de construção, refletindo o aumento dos custos incorridos em relação às estimativas originalmente previstas para o projeto.

Receita de operação e manutenção: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após a entrada em operação e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Demais direitos e obrigações (circulantes e não circulantes)

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.6. Contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Perda de eficiência na implementação de infraestrutura

No exercício de 2025, em decorrência de ineficiências verificadas na execução das obras de implantação da infraestrutura de transmissão, a Companhia registrou perda no montante de R\$104.571 mil, reconhecida na rubrica de receita de construção, refletindo o aumento dos custos incorridos em relação às estimativas originalmente previstas para o projeto.

3.8. Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis--Continuação

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia não espera que esses pronunciamentos venham a ter efeito nas atividades.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	510.920	6.439.380
Aplicações financeiras	55.968.174	53.660.509
	<u>56.479.094</u>	<u>60.099.889</u>

Os saldos estão apresentados por depósitos bancários e aplicações financeiras, em CDB, cujo indexador é o CDI, com vencimento pré-determinado a curto prazo, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia. Durante o exercício de 2025 a rentabilidade média da carteira é de 100% de CDI (95% de CDI em 2024).

5. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF - aplicações financeiras	2.716.847	578.725	534.639	44.087

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

5. Tributos a recuperar--Continuação

Os tributos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que possam ser realizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia espera recuperar estes tributos a partir de sua entrada em operação e consequente lucro tributável.

6. Ativo de Contrato

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	29.269.536	1.649.967
Não circulante	335.062.945	171.466.080
	364.332.481	173.116.047

Durante o exercício de 2025 a variação no ativo de contrato de R\$191.216.434 refere-se a receita de construção incorrida e a remuneração do ativo de contrato (vide Nota 13).

6.1. Movimentação do ativo de contrato

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	173.116.047	69.322.645
Receita de construção (i)	269.101.595	92.519.901
Receita de remuneração (ii)	26.685.495	10.388.529
Perda de eficiência na implementação de infraestrutura (iii)	(104.570.656)	884.972
Saldo final	364.332.481	173.116.047

(i) Variação refere-se principalmente ao avanço físico dos R\$176.581.694 na construção da infraestrutura para o alcance da atividade fim do empreendimento.

(ii) Saldo refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa (nota explicativa 3.2). Variação do saldo refere-se principalmente ao avanço físico dos 176.581.694.

(iii) A perda de eficiência em 2025 no montante de 104.570.656 decorreu do aumento da quantidade de insumos e custos de equipamentos de linhas de transmissão e subestações, armazenagem e a fabricação antecipada de materias e equipamentos.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

6. Ativo de Contrato--Continuação

6.1. Movimentação do ativo de contrato--Continuação

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

Perda de eficiência na implementação de infraestrutura

Na construção e na operação de infraestrutura de transmissão, podem ocorrer atrasos nas obras, questões ambientais, de servidão e negociações fundiárias, variações nos custos de materiais, além do resultado da revisão/ajuste da Receita Anual Permitida - RAP, entre outros, e que possivelmente impactam a lucratividade do negócio. Na fase de construção, essas ocorrências podem provocar alterações no projeto original, sendo os valores, positivos ou negativos, reconhecidos diretamente no resultado durante sua execução.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

7. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços(i)	26.941.430	6.566.297
Retenções contratuais	859.330	305.566
Seguros a pagar	59.335	-
	27.860.095	6.871.863

(i) A variação de materiais e serviços, que em sua maioria ocorreu em função de aquisição de transformadores para a obra dos fornecedores Nantong Hyosung Transformes Co. e Shanghai Sieyuan High Voltage Switchgear Co.,Lt..

8. Obrigações sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de férias	115.594	101.353
Encargos sociais sobre provisões de férias	44.057	37.298
Imposto de renda retido na fonte - folha de pagamento	28.190	24.578
INSS - Folha de pagamento	20.936	20.492
FGTS	7.830	7.293
	216.607	191.014

9. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
ISS (i)	1.091.924	-
INSS s/ fornecedores (ii)	513.874	10.932
IRRF(ii)	201.616	16.205
Contribuição social - Fonte (ii)	133.836	10.231
COFINS	39.731	12.482
PIS	6.456	2.028
IOF	4.379	-
PIS/COFINS/CSLL - Fonte	2.670	2.660
	1.994.486	54.538

(i) Imposto sobre notas fiscais de serviço de engenharia, em sua grande maioria dos fornecedores Shemar Laam Holding Ltda, MPE Engenharia e Serviços S.A. e MP Trafos Montagem e Serviços Elétricos Ltda, como destaque do ISS retido pelo tomador do serviço.

(ii) Contratação no exercício de prestadores de serviços de mão de obra, com retenção fonte.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

10. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Shanghai Shemar Power Holdings Co., Ltd.	7.890.111	7.283.915	-	13.280.561
	7.280.111	7.283.915	-	13.280.561

Instrumento Particular de empréstimo realizado em 22 de agosto de 2022 com a Shanghai Shemar Power Holdings Co., Ltd. no valor total de R\$12.000.000. Os valores serão desembolsados em sua totalidade ou em parcelas, a depender das necessidade da Companhia, até o limite e vigência do contrato. Os valores liberados estão atualizados com base no CDI + 1,75% a.a, contados a partir da liberação de cada desembolso.

O contrato terá a vigência de 48 meses a partir da data de assinatura, iniciando sua amortização ao final deste prazo, podendo ser prorrogado por comum acordo entre as partes e com a anuência da ANEEL.

10.1. Mutação dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	13.280.561	11.703.485
Juros	1.893.465	1.577.076
Saldo final	15.174.026	13.280.561

11. Impostos e tributos diferidos

11.1. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ (i)	2.127.921	2.127.921
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	766.052	766.052
PIS	6.011.486	2.856.415
COFINS	27.689.268	13.156.820
	36.594.727	18.907.208

(i) No exercício de 2025, a Companhia permanece em fase pré-operacional. Em razão da inexistência de receita anual permitida (RAP) e, conseqüentemente, da ausência de lucro tributável, não houve reconhecimento de despesas com IRPJ e CSLL no período.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

11. Impostos e tributos diferidos--Continuação

11.2. Reconciliação dos impostos e tributos reconhecidos no resultado

	PIS	COFINS	Total
Receita bruta - nota 13	191.216.434	191.216.434	191.216.434
Alíquota diferida incidente	1,65%	7,60%	9,25%
Tributo diferido sobre a receita em 2025	3.155.071	14.532.448	17.687.519
Saldo em 31/12/2024	2.856.415	13.156.820	16.013.235
Saldo em 31/12/2025	6.011.486	27.689.268	33.700.754

De acordo com a Lei Complementar nº 214, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia.

A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado em em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está representado por ações ordinárias sem valor nominal e assim composto:

	Número de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Shanghai Shemar Power Holdings Co. Ltd.	403.978.809	99,99	192.986.980	99,99
Marcos Henrique Kouyoumdjian Fernandes	1	0,01	1	0,01
	403.978.810	100,00	192.986.981	100,00

13. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Construção (i)	269.101.595	92.519.901
Remuneração do Ativo de Contrato (ii)	26.685.495	10.388.529
Perda de eficiência na implementação de infraestrutura (iii)	(104.570.656)	884.972
Receita bruta	191.216.434	103.793.402
PIS e COFINS Diferidos	(17.687.520)	(9.600.890)
Receita operacional Líquida	173.528.914	94.192.512

(i) Variação refere-se principalmente ao avanço físico dos R\$176.581.694 na construção da infraestrutura para o alcance da atividade fim do empreendimento.

(ii) O saldo refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Variação do saldo refere-se principalmente ao avanço físico dos 176.581.694.

(iii) A perda de eficiência em 2025 no montante de 104.570.656 devido aumento da quantidade de insumos e custos de equipamentos de linhas de transmissão e subestações, armazenagem devido a fabricação antecipada de materias e equipamentos.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

14. Custo de construção de Ativo de Contrato

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo de construção de Ativo de Contrato	<u>244.209.697</u>	<u>83.961.810</u>

Saldo refere-se a todos os custos capitalizados envolvidos com a construção do empreendimento, em especial às contratações de serviços, com destaque para o contrato EPC com a parte relacionada (coligada) Shemar Latam Holding Ltda.

15. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal (a)	1.406.121	1.349.155
Serviços de terceiros (b)	440.890	278.436
Arrendamentos e aluguéis	12.555	9.317
Seguros	69.011	86.041
Outras despesas	27.599	37.881
	<u>1.956.176</u>	<u>1.760.830</u>

(a) Variação proveniente do pagamento de gratificação à funcionário por merecimento.

(b) Aumento devido a contratação de serviços de auditoria externa.

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras(i)		
Receitas com aplicações financeiras (i)	13.244.077	2.419.539
Variação monetária ativa	915.202	-
Descontos obtidos e outros	13.809	457
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(615.850)	(112.509)
	<u>13.557.238</u>	<u>2.307.487</u>
Despesas financeiras (ii)		
Encargos de empréstimos de mútuo	(1.893.465)	(1.577.076)
Variação monetária passiva	(1.306.492)	(39.226)
Juros, multas e acréscimos moratórios	(5.643)	(36.017)
IOF, Comissões e Taxas	(948.706)	(617.374)
	<u>(4.154.306)</u>	<u>(2.269.693)</u>
	<u>9.402.932</u>	<u>37.794</u>

(i) A variação da receita financeira foi decorrente dos recursos recebidos para aumento de capital no exercício e subsequente investimento de valores em aplicações financeiras.

(ii) O aumento nas despesas financeiras foram provenientes de pagamentos realizados a fornecedores estrangeiros e atualizações de empréstimos de mútuo.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota como política a busca de seguros, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possuía contrato com duas seguradoras, quais sejam a BMG Seguros S.A. e a Chubb Seguros S.A., conforme detalhamos, respectivamente:

Seguro garantia construção, fornecimento ou prestação de serviços

Prazo: 07/09/2021 a 30/12/2026.

Cobertura: garante a indenização, até o valor fixado na apólice, do montante correspondente aos prejuízos comprovados e/ou à multa aplicada ao tomador em decorrência da inexecução total ou parcial do objeto, ou do atraso injustificado na implantação do empreendimento participante do Leilão nº 01/2021- ANEEL, em face do cronograma físico constante da outorga de concessão ou autorização de serviços ou instalações de energia elétrica, bem como de qualquer outro inadimplemento que importe a execução da Garantia de Fiel Cumprimento (GFC), durante a fase de execução de obras, nas hipóteses em que o tomador: (i) declinar da outorga ou desistir de qualquer compromisso assumido em decorrência de sua participação no Leilão, após o aporte da GFC; (ii) atrasar em mais de noventa dias qualquer dos marcos de implantação do empreendimento passíveis de execução da GFC; e (iii) deixar de executar, total ou parcialmente, as obras de implantação objeto do Leilão.

Prêmio líquido: R\$950.382.

Seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O)

Prazo: 01/11/2025 a 01/11/2026.

Cobertura: Danos causados a Terceiros, em consequência de atos danosos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das perdas indenizáveis.

Prêmio líquido: R\$84.951.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Em 31 de dezembro de 2025, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e empréstimos de mútuos.

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

A tabela a seguir apresenta a classificação, os valores contábeis e os valores justos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros da Companhia:

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo--Continuação

	Nível	Valor Contábil		Valor Justo	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	2	56.479.094	60.099.889	56.479.094	60.099.889
Ativo de contrato	2	364.332.481	173.116.047	364.332.481	173.116.047
Total		420.811.575	233.215.936	420.811.575	233.215.936
Passivo Financeiro					
Fornecedores	2	27.860.095	6.871.863	27.860.095	6.871.863
Empréstimos de mútuos	2	15.174.026	13.280.561	15.174.026	13.280.561
Total		43.034.121	20.152.424	43.034.121	20.152.424

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Fatores de risco financeiro

A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros:

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo de contrato) e aplicações financeiras, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado está relacionado às taxas de juros.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

19. Eventos Subsequentes

19.1. Requerimento para emissão de Licença de Operação

Em 19 de fevereiro de 2026 o empreendimento submeteu à apreciação do Instituto Estadual do Ambiente - INEA o protocolo do Relatório de Implementação do PBA e do Relatório de Atendimento às Condicionantes Ambientais para fins de instrução do requerimento de Licença de Operação

SSP Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

19. Eventos Subsequentes--Continuação

19.2. Aporte de Capital

Nos dias 11 e 19 de fevereiro de 2026, a companhia recebeu de seu acionista Shanghai Shemar Power Holdings Co. Ltd. o aporte de R\$66.612.380,83 para reforço de Caixa e conclusão do empreendimento Lot 2.